

A narração ética liberta na pessoa humana os desejos do bem, a atracção suscitada pelos valores, a tensão imitadora em relação ao modelo que ela mesma repropõe, a energia para realizar este modelo, pondo o sujeito moral em confronto com as exigências daqueles que pertencem à geração presente e daqueles que pertencerão às gerações futuras.

SALVATORE PRIVITERA

(Director do Instituto Siciliano de Bioética)

A Bioética no horizonte da Ética contemporânea

Os médicos gregos consideravam obrigatório o código de ética médica, e por isso prestavam juramento em nome dos seus deuses. *Prendiam demonstrar desta forma* as obrigações que assumiam. Mas a razão mais profunda do seu compromisso era demarcar uma linha fronteira nítida entre eles, médicos diplomados, e todos os outros que ganhavam a vida à custa da charlatanice. Tentavam, pois, rotular-se como médicos bons e honestos. Intitulavam-se de *Colegas*, o que queria dizer que se encontravam ligados (do latim: *ligare*) pela profissão e pela ética, ou, então, que eram escolhidos entre todos por serem bons médicos, dando, assim, origem a uma comunidade de *distinção* (do Latim: *distingere*) ou um grupo de elite (do Latim: *electi*).

Esta medida não foi apenas assumida pelos médicos gregos; em 1789, no ano da Revolução Francesa, deparamos com um desenvolvimento análogo em Inglaterra. Durante a epidemia da influenza, houve grandes disputas no seio da classe médica, envolvendo não só os médicos, mas outras profissões que se dedicavam a curar; essas disputas andavam à volta das suas preocupações e dos seus interesses. Por isso, os médicos pediram a um colega, chamado *Percival*, que estipulasse normas sobre como actuar, honestamente e como cavalheiros, enquanto médicos. A criação de uma espécie de «marca registada» foi o começo da ética médica, especificamente, no que diz respeito à Grã Bretanha; nascia, deste modo, um Regulamento de comportamento entre colegas.

Encontramos, pois, uma primeira razão, embora muito frágil, para o carácter obrigatório de um código da ética médica: a *Colegiatura*. É a obrigação imposta a cada membro de um grupo, não importa a sua natureza: seja ele um grupo de salteadores, seja de ladrões. Quanto mais um

grupo sente necessidade de demonstrar a diferença existente entre os seus membros e as outras pessoas, mais forte se torna a obrigação entre eles. E como os médicos têm necessidade de mostrar e de comprovar que são fidedignos, melhores profissionais e pessoas honestas, acima de qualquer dúvida, a obrigação de um código de grupo com características de colegiatura não é, de forma alguma, insignificante.

Por certo, haverá mais razões para a necessidade de um código médico, especialmente, se considerarmos as razões resultantes de influências cristãs e, mais tarde, as razões de influências humanísticas, mas tudo isto nos leva a uma deontologia médica que não parece ser suficientemente esclarecedora para os vastos problemas modernos de aplicação do conhecimento biológico por amor do homem.

Portanto, um novo conceito de ética surgiu, o qual não só se destinava aos médicos e à profissão médica, mas também aos pacientes, aos provedores dos serviços de saúde, aos políticos, aos cientistas, etc. Resumindo, sentia-se a necessidade de normas sobre como actuar em favor dos seres humanos e da comunidade humana como um todo. Esta necessidade foi ultrapassada por uma nova invenção chamada bioética. Originalmente, a palavra bioética resultou do título de um livro «Bioética, ponte para o Futuro». O autor era um bioquímico, que disponibilizou a aplicação da bioquímica como forma de ir ao encontro das necessidades da humanidade, quer em nutrição, quer em higiene, quer ainda em cuidados médicos. O livro foi escrito como uma colecção de receitas e num estilo puramente técnico. Mas o único resultado do livro foi, de facto, a palavra «bioética»; a invenção do autor adaptou-se muito bem, pondo em realce a globalidade das normas éticas na aplicação do conhecimento biológico e das técnicas — incluindo a medicina, não só para a salvação dos seres humanos, mas também da humanidade enquanto tal e do que chamamos natureza ou meio ambiente.

O primeiro passo no desenvolvimento da bioética foi apenas o registo dos princípios éticos que já estavam em aplicação, especialmente na sociedade Norte-Americana. Uma comissão presidencial dos Estados Unidos tentou descrevê-los sem questionar as suas razões ou o seu carácter obrigatório. Apenas com base na descrição destes princípios, a comissão declarou que havia quatro e, sendo dois estranhos à tradição hipocrática.

A numeração 1 - 2 - 3 - 4 não estabelece qualquer ordem. O peso dos diferentes princípios não foi tomado em consideração. É apenas uma descrição, e porque não existe nenhuma relação fixa ou de ordem entre es-

tes princípios, torna-se difícil encontrar soluções quando se encontram em conflito.

O primeiro nada mais é do que o hipocrático «nil nocere», que foi transferido para inglês como «no harm». O segundo foi o hipocrático «por amor do paciente» e foi transferido para inglês como «benevolence». Porém os outros dois princípios, descobertos pela comissão presidencial americana, não pertenciam aos bem conhecidos princípios hipocráticos. Um foi «autonomia», que significava que o indivíduo e só o indivíduo tem o direito de decidir o que se deve fazer ou não com ele. Isto foi difícil de aprender pela maioria de nós, médicos, e ainda é difícil de aceitar por muitos de nós. Os médicos usavam um modo paternalista no tratamento dos seus doentes, acreditando que apenas eles sabiam o que era necessário para os seus pacientes.

Permitam-me interromper a descrição destes princípios, para fazer uma pequena chamada de atenção no que diz respeito a um novo desenvolvimento nos EUA. Desde que o paciente foi, muito simplesmente, entregue à sua autonomia, as feministas americanas acreditam ter descoberto o paciente desamparado e inventaram um novo princípio de ética médica que muito rapidamente se tornou o *único* princípio da ética médica: o *cuidado*. Não penso que o cuidado seja uma nova invenção, mas elas — as feministas — pensam que assim é e, porque o consideram abandonado e sem afecto, decidem recebê-lo nos seus braços aconchegantes e maternais, criando assim uma nova abordagem médica do paciente que poderemos chamar de maternal. O futuro dirá se esta atitude é melhor ou pior do que a abordagem paternal.

Mas voltemos aos quatro princípios da bioética, tal como foram descobertos pela comissão presidencial dos EUA. Até agora, falámos de três: a não ofensa, a benevolência e a autonomia. Mas o quarto princípio parecia ser muito estranho à profissão médica, porque é chamado *justiça*. Afinal de contas o que significa justiça em medicina?

Isto torna-se muito claro no contexto médico quando é explicado como o direito ao acesso igual aos recursos dos serviços médicos, às possibilidades da manutenção da saúde e à convalescença, etc. Acesso igual é um problema muito premente nos Estados Unidos, mas menos nos países Europeus e em todos os países socialistas onde o serviço social providencia este acesso, pelo menos, em certa medida.

Mas como o resultado dos princípios bioéticos já aplicados era «a não ofensa — a benevolência — a autonomia e a justiça», não havia filosofia que tornasse estes princípios obrigatórios. O simples facto da sua

aplicação não era suficiente. É difícil, numa sociedade multicultural, encontrar razões para uma tal obrigação para princípios que são, geralmente, compreendidos e aceites. Assim, foi declarado que uma ética, que não é aceite por todas as pessoas envolvidas, nada mais é do que um jogo de palavras. Todavia, pensando pragmaticamente, foi declarado que há uma necessidade básica de a ética ser aceite por todos os que participam na resolução do problema. Então, a *possibilidade de cumprimento* tornou-se um elemento essencial da ética. Mas como não havia nenhuma outra razão vulgar em que se pudesse confiar, nenhuma outra razão para a obrigação, a possibilidade de cumprimento tornou-se o *único* elemento e, portanto, o elemento essencial da ética.

Para alcançar a possibilidade de cumprimento, é necessário obter unanimidade ou unidade ou, pelo menos, a maioria — o que se pode esperar como resultado de uma troca de opiniões. Não há dúvida que isto está certo e, desde a invenção da democracia pelos Gregos, o diálogo é considerado uma condição básica. No entanto, a democracia realiza-se numa instituição chamada parlamento, o que significa uma assembleia de pessoas onde esse diálogo tem lugar.

Mas não será a ideia de democracia que permite à maioria criar ou produzir verdade ou justiça? Uma maior interacção dará oportunidade à realização da verdade ou da justiça; no entanto, sem nenhuma garantia de que esta forma de verdade ou de justiça possa ser produzida ou encontrada. Só para evitar a violência e por amor à paz, as minorias toleram o governo da maioria. O princípio da maioria nada mais é que um *modus vivendi*, apesar de tudo, bem sucedido.

Hoje em dia, o princípio da maioria está generalizado e tornou-se absoluto, não sendo por isso considerado apenas um *modus vivendi*. Permitam-me que explique, referindo o conteúdo de uma peça de teatro que vi representar nos EUA. O título era «Sheer Madness». O palco era uma barbearia onde cinco actores estavam em cena. As suas acções não passavam do comportamento normal, próprio de uma barbearia, e tornaram-se muito maçadoras passado pouco tempo. Então, os visitantes foram informados de que alguém, que vivia por cima da barbearia, tinha acabado de ser morto. Os cinco actores tinham deixado a barbearia, nos últimos minutos, e qualquer um deles podia ser o assassino. A polícia veio e pediu aos cinco para recordar as suas acções, informando-os de que havia testemunhas suficientes, nomeadamente nós, os espectadores. O resultado deste procedimento foi fraco, porque apesar do nosso compromisso o assassino não foi detectado. Nesta situação, e é por isso que eu vos estou a contar

a história, a polícia pediu aos visitantes que respondessem, por voto, à pergunta: «quem foi?». Uma maioria de votos recaiu sobre um dos actores, apontando-o como culpado. Porém, esta maioria variava de representação para representação e, desse modo, a peça continuava todas as noites com outro «assassino» a quem, pelo menos, eram postas algemas. A lição da peça era: não há verdade nenhuma, a verdade não pode existir de forma alguma. Só a existência de uma maioria a determina.

Desta forma, o consenso não só está desligado da realidade, mas torna-se a própria realidade. Uma ética, baseada apenas no discurso e no consenso, pode assim ser cumprida; contudo, esta possibilidade é apenas fortuita e mesmo pior.

Além disso, não acredito que o discurso ético é verdadeiro sem nenhum *a priori* para ninguém. Cada um dos que se envolvem neste discurso, transfere para ele as suas próprias crenças éticas, quer saiba ou não e talvez guarde este facto em segredo. Dialogar significa, então, a procura de um mútuo compromisso. Pelo menos, a maioria alcançará a vitória e imporá a sua ética aos restantes, já que a maioria é o melhor mestre do seu tempo; de tal forma o fará que pode manter-se no grupo para continuar a discussão mesmo quando os outros já tiveram sido, há muito tempo, obrigados a sair para trabalhar.

Por isso, o discurso ético tem como fim a negação da ética a favor de um processo pragmático que vise alcançar a unidade.

Este efeito, sendo muito insatisfatório, tenta encontrar fundamentos racionais para a ética, mesmo se a metafísica fique para trás ou tenha sido considerada obsoleta. Uma das principais tentativas realizadas, neste sentido, foi a de Kant, que influenciou profundamente a ética moderna. Mas mesmo Kant baseia-se na metafísica quando fala da «lei no seu íntimo», a qual ele descobre corresponder ao «céu estrelado acima dele».

Pondo Kant de lado, viro-me agora para o utilitarismo inglês — um ensino contra a deontologia tradicional. O utilitarismo nega todas as regras *a priori*, especialmente qualquer bem ou mal *a priori*. É apenas o resultado de uma acção, seja o bom ou o mau resultado, que torna a acção boa ou má. Para lá de qualquer dúvida, esta ideia é muito atractiva. A própria Bíblia diz: «Reconhecê-los-ás pelos seus frutos», o que significa exactamente o que os utilitaristas costumavam ensinar: reconhecer o carácter moral de uma acção através dos seus resultados, consequências e frutos. Este conceito utilitarista parece adaptar-se à realidade, quando más consequências de más acções seguem essas acções bastante de perto ou se nós formos directamente castigados pelos resultados dos nossos erros. Muitas

das nossas acções seguem, de facto, este conceito utilitarista, e damo-nos bem com ele. Mesmo alguns conflitos éticos difíceis podem ser resolvidos, seguindo este conceito, como por exemplo a triagem quando temos de rentabilizar os resultados, sendo os meios, à nossa disposição, escassos para todos.

É o princípio utilitarista «a maior felicidade para a maior parte dos homens» que não só é útil em determinadas situações, mas às vezes é o único princípio útil à nossa disposição.

Mas se este princípio for generalizado e absolutizado, sendo considerado o único princípio ético, torna-se perigoso se não mesmo letal. Peter Singer, da Universidade Monash em Melbourne, na Austrália, é o representante mais activo e bem sucedido do utilitarismo moderno.

As consequências mais importantes do utilitarismo de Peter Singer são as seguintes:

1. Matar não é, de forma alguma, mau *per se*. A interdição do acto de matar não é aceitável e deve ser rejeitada como um doutrina judaico-cristã, a qual é incapaz de obrigar um ateu.

2. A eutanásia é, portanto, permitida.

3. Matar o feto, ou mesmo uma criança recém-nascida é permitido, por exemplo, em favor de crianças futuras, ainda não criadas, com acesso a um melhor estado de saúde.

4. Acções praticadas e acções por omissão não são *per se* moralmente diferentes. Este é o ponto mais difícil segundo o modelo de ensino de Peter Singer, porque nos nossos dias com a crença de que todas as coisas podem ser «produzidas», tendemos a esquecer-nos que existe uma diferença entre acções praticadas e acções por omissão.

Apesar de poder ser fácil suportar a teoria de Singer no que se refere à questão da morte, a questão referente a fazer ou omitir necessita mais ponderação. Além disso eu peço-vos para me seguirem numa espécie de saltos-triplos na história, começando com os primeiros filósofos gregos.

Foi *Parménides* que declarou que a existência e o pensamento são uma e a mesma coisa. Além disso, ele proclamou e pretendeu acreditar que o homem é capaz, por si só, de produzir uma ideia ou uma concepção da realidade. Não implica menos que a realidade exista (o que o pós-modernismo nega) nem que o homem seja capaz de ter, nas suas ideias ou concepções, uma verdadeira imagem da sua realidade. O que quer dizer que há uma verdadeira relação entre a verdade e o pensamento, facto que, tal como já vimos, também é negado por muita gente, actualmente. A de-

claração de *Parménides* de que o mundo é, em princípio, compreensível para o homem, provou ser muito bem sucedida e, tal como foi, ainda é o fundamento da ciência.

Mas a ciência apenas tornou o mundo compreensível. A ciência foi utilizada para a contemplação do cosmos e *infelizmente* não foi usada de um modo técnico.

O uso da ciência para o bem do homem continuou praticamente desconhecido quase até à renascença, momento em que, como nós sabemos, deu o seu segundo salto: Francis Bacon ensinou «a ciência é poder, o conhecimento talvez seja» e desenvolveu o seu programa de utilização da ciência para melhorar as condições do homem no seu mundo. René Descartes ofereceu o «Discours de la méthode» não para construir uma filosofia insípida, mas para providenciar um sistema de pensamento de forma a controlar a natureza, a utilizar a natureza, a dominar a natureza. O mundo já não era apenas compreensível, mas também produzível.

No terceiro momento, através do nosso triplo-salto, chegamos ao presente, momento em que algumas pessoas ensinam que, sendo o mundo produzido, os responsáveis são os produtores. São responsáveis por aquilo que fazem e porque o fazem. E são responsáveis por aquilo que não fazem, porque o não fazem. Em qualquer dos casos, são responsáveis, quer eles actuem fazendo ou por omissão, não o fazendo. Além disso, por causa da crença na produtividade, o homem torna-se responsável por tudo, estando ao seu alcance a acção ou a omissão. Mas, não há dúvida, em consequência disso, o homem está sobrecarregado.

Peter Singer não aceita a solução encontrada tradicionalmente, nas religiões monoteístas — a de ensinarem a hierarquia das proibições e dos mandamentos. A condição é respeitar as proibições e a primeira condição é ser bom. Não é suficiente, mas necessário. Quando o Papa João Paulo II ensina moral na sua encíclica «*Veritatis Splendor*», ele refere-se à história do homem novo rico, que procurava a perfeição, e a quem foi dito que respeitar as proibições, antes de tudo, é a condição para ser bom. O ensino das religiões monoteístas é de natureza consequente: o objectivo não santifica os meios e os meios maus não podem realizar bons objectivos. Além disso, as acções estão limitadas pelas proibições, as quais banem algumas acções definidas como más. Por outro lado, o bem a que todos são obrigados existe numa variedade ilimitada.

Esta variedade não pode ser definida detalhadamente. A sujeição às várias formas de bem tem também de estar de acordo com as condições e depende muito delas, no que diz respeito aos modos e intensidade. En-

quanto o que é proibido, numa extensão definida, o é em todas as condições, o bem é obrigatório⁸ e, dificilmente, essa obrigação pode ser definida na generalidade.

Poderíamos manter, contra Peter Singer e os utilitaristas, que há acções proibidas em que a velha moral teológica denominada de per se malum continua válida, independentemente das condições, enquanto, nas omissões, ela pode apenas ser eticamente caracterizada, tendo em consideração as condições.

Não é uma discussão meramente teórica. Peter Singer explica as consequências: Matar ou deixar morrer não inclui nenhuma diferença moral *per se*. Se me é permitido deixar morrer, igualmente ser-me-á permitido matar. Peter Singer e o alemão Hackethal também consideram matar por piedade um direito do paciente e uma obrigação do médico. A dificuldade em reconhecer essas diferenças é-nos mostrada pelos opositores de Peter Singer. Eles dizem: tanto os que deixam morrer como aqueles que matam são criminosos. O que é tão errado como a tese de Peter Singer.

Se não há nenhuma obrigação de manter vivo alguém, é-nos permitido deixar morrer sem sermos criminosos. Esta diferenciação, que temos que aprender, é muito difícil de aceitar enquanto médicos e enquanto pacientes.

Temos, ainda de acrescentar um argumento principal ao ensino do utilitarismo sobre a utilidade dos resultados das acções. No entanto, a utilidade dos resultados não é simplesmente um critério objectivo. Contudo, permitam-me, por favor, fazer uma breve consideração sobre a causalidade.

Normalmente, pensamos a causalidade como monocausalidade. Esta é uma simplificação muito violenta, mas apesar de tudo útil. Na verdade, há muitas condições; há um vasto campo de diferentes itens que produzem um simples facto ou estado. Quando consideramos a causalidade, costumamos tomar em consideração diferentes tipos de condições. Tome-mos como exemplo a fractura de uma perna.

O traumatologista diz que foi provocada pelo facto do pedestre não ter respeitado o tráfico enquanto atravessava a rua. Ou, então, diz que o condutor que bateu contra o peão estava bêbado — e por aí fora. Será aceitável fazer tal selecção de causalidades de acordo com o interesse de cada um e deixar de considerar todas as outras condições?

O resultado de uma acção é igual, tal como num espelho. Há muitas consequências, e eu posso fazer uma selecção entre elas de acordo com

os meus interesses assim como os utilitaristas podem caracterizar os resultados de uma acção como bons ou maus de acordo com os seus interesses. Essa caracterização dependente da *sua arbitrariedade*. No final, a caracterização das acções é posta de lado se não interessar.

Onde poderemos nós encontrar uma nova classificação? Voltemos atrás à consideração sobre a total responsabilidade de todos. Tomás de Aquino liberta-nos desta responsabilidade demasiado desgastante. Ele ensina que o homem não é responsável pelo *bonum totius universi*. Por trás deste argumento está a ideia de que Deus reina neste mundo, e que Ele tornou o homem responsável pela criação apenas numa *extensão* limitada. O principal objectivo do homem, querendo eu ainda continuar com Tomás de Aquino, é o *bonum* não *totius universi*, mas o *bonum* do microcosmos onde cada indivíduo humano se encontra.

No horizonte desta ideia, a qual é oposta à iminência de cada indivíduo humano a Deus, entramos no campo da ética pessoal que foi recentemente descrita pela «*Veritatis Splendor*». Mas não é necessário desesperar quando falamos para agnósticos e não-crentes. As lembranças seculares destas éticas pessoais *transcritas* nos ideais da Revolução Francesa — liberdade, igualdade e fraternidade — poderiam apenas ser formuladas pelos herdeiros da fé Judaico-Cristã. Neste estilo secularizado, estas ideias percorrem as nossas modernas constituições e, na *Carta* dos Direitos, encontramos a ideia da dignidade humana. Para além disso temos um vasto armazenamento de elementos de ética pessoal em comum com os não crentes. Além disso há razão para ter esperança de que a ética moderna e a bioética possam atingir a condição humana. É mais fácil para nós, sendo cristãos, reconhecer e conhecer a posição especial do ser humano na natureza, assim tal como está bem expresso na primeira sentença da *Veritatis Splendor*:

«Veritatis splendor in omnibus creatoris operibus effulget, praesertim vero in homine facto ad imaginem et similitudinem Dei.»

HANS-BERNHARD WUERMEILING
(Erlangen, Alemanha)